

Emanuel lança nova ETE e quer saneamento universal até 2024

Gilberto Leite

Mais de 120 mil pessoas serão beneficiadas com a implantação da Estação de Tratamento de Esgoto em Cuiabá - Sistema Lipa de Esgotamento Sanitário. Composto por 220 km de redes coletoras, três estações elevatórias e uma estação de tratamento, a SES Lipa irá coletar dejetos de mais de 30 mil casas localizadas em 77 bairros da Capital. O custo da obra é de R\$ 200 milhões. As obras de implantação foram lançadas pela Prefeitura de Cuiabá, juntamente com a concessionária Águas de Cuiabá. O projeto faz parte do pacote de obras para garantir a universalização do saneamento básico até 2024.

PÁG. 6



Bares pedem indenização por decretos

A Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) está processando o governo do Estado e as prefeituras de Cuiabá e Várzea Grande pelos prejuízos causados ao setor com as medidas restritivas para conter a pandemia de covid-19. A entidade alega que seus associados estão passando por grave crise financeira em virtude dos decretos que restringiram seu funcionamento.

PÁG. 6

Taxação de inativos volta à pauta

Os deputados estaduais de Mato Grosso pretendem intensificar os diálogos com o Executivo a partir da semana que vem para destravar os projetos de isenção da alíquota previdenciária de 14% para aposentados e pensionistas. A expectativa dos parlamentares é que o governo apresente uma resposta sobre os projetos.

PÁG. 4

TJ define nomes de advogados ao TRE

O pleno do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) definiu os nomes dos advogados que irão compor a lista tríplice para disputar uma vaga de juiz membro do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MT). A cadeira que será preenchida é ocupada hoje por Sebastião Monteiro, que se candidatou novamente à vaga.

PÁG. 3

Preservação em Mato Grosso atrai investimento estrangeiro

Mayke Toscano/Secom-MT



Um grupo de embaixadores de quatro países, mais a União Europeia, estiveram reunidos em Cuiabá, para conhecer o programa de combate ao desmatamento ilegal em Mato Grosso e firmar parcerias de cooperação técnica, em diversas áreas, com o governo do Estado. A ideia, segundo eles, é levar o 'exemplo de sustentabilidade' mato-grossense para o conhecimento de outros estados brasileiros, além de trazer novos investimentos de empresas multinacionais para Mato Grosso.

PÁG. 5

Fábricas travam retomada do mercado automotivo em MT

As vendas de veículos novos nas concessionárias de Mato Grosso cresceram 12% em maio. O resultado parece positivo ao primeiro olhar, mas esconde o fato de que este aumento nas vendas não se traduz na recuperação do setor au-

tomotivo. Isso porque as concessionárias só estão conseguindo fechar 'vendas represadas', de meses anteriores, que não puderam ser concluídas antes devido à falta de produtos para vender. Esse problema tende a se agravar em junho, devi-

do à falta de semicondutores no mercado global. A falta de insumo tem levado as montadoras a paralisarem suas linhas de produção por longos períodos, o que dificulta a reposição dos estoques

PÁG. 7

Mauro renegocia compra de vacina

As condições impostas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) à importação e uso excepcional da vacina Sputnik V forçaram o governo de Mato Grosso a renegociar o contrato fechado com o Fundo Soberano Russo. Em conversa com jornalistas, o governador explicou que o contrato firmado com o governo russo previa a compra de 1,2 milhão de doses, a serem entregues até junho, mas a Anvisa limitou o primeiro lote a 1% da população do estado.

PÁG. 3

Gasto com energia e gasolina "explodem"

Os gastos com energia elétrica e combustíveis destacam-se como os principais causadores da alta inflação em maio. Os dois juntos contribuíram com quase 50% do aumento no período. O acionamento de usinas termoeletrica, energia mais cara e aumento dos combustíveis impactaram na renda das famílias. Para compreender melhor o que está por trás disso, as economistas Thais Sampaio e Edijeide Freitas, explicam quais os "agregados econômicos" que levaram a esse resultado.

PÁG. 8

crédito: Ilustração/Freepik



EDITORIAL

Vacinar para crescer

Contrariando o negacionismo predominante em grande parcela da população brasileira, o Ministério da Economia incluiu a vacinação em massa como uma das prioridades para a retomada econômica no Brasil. No boletim Macroeconômico de maio, o Ministério da Economia destacou um estudo que mostra os resultados econômicos obtidos por países que já conseguiram imunizar uma parcela significativa de sua população, bem como a projeção desses países para o encerramento do ano.

Os dados apresentados no boletim mostram que a

rápida vacinação nos EUA foi acompanhada por uma revisão para cima da projeção do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), ao passo em que a Índia, com sua campanha de vacinação em marcha lenta, tem enfrentado revisões para baixo. Com base nessa análise, os técnicos da Economia destacaram que a vacinação em massa é “imprescindível” para o crescimento atual e futuro. O estudo indica que o aumento de 10% na quantidade de doses por 100 pessoas se correlaciona com um aumento de 0,13 ponto percentual (p.p.) na proje-

ção do crescimento do PIB em 2021.

A razão para essa conclusão é simples e lógica: à medida que a vacinação avança, as restrições à mobilidade vão sendo reduzidas e ocorre o retorno seguro às atividades de produção e consumo. Isto, por sua vez, aumenta o produto da economia (melhorando principalmente o setor de serviços, o mais afetado pela pandemia), o emprego e a renda das famílias.

“Já pelo lado das expectativas, uma vacinação mais abrangente e mais rápida da população aumenta as projeções de mercado para o crescimento do PIB para o ano de 2021, pois produz maior otimismo dos

agentes quanto à recuperação econômica robusta”, diz trecho do relatório.

O estudo dá esperança de que o Brasil ainda possa experimentar algum crescimento econômico significativo se conseguir cumprir o cronograma de vacinação, algo que ainda não está conseguindo ser feito. Por hora, o Brasil só conseguiu aplicar 22 doses a cada grupo de 100 pessoas, bem distante ainda do resultado obtido pelos Estados Unidos, com 76,9 doses para cada 100 pessoas.

A conclusão do relatório é um ‘tapa na cara’ de quem ainda insiste em pregar contra a vacina, posicionamento que é insuflado pelo presidente Jair Bolsonaro, que criticou aberta-

mente as vacinas por várias ocasiões. Não obstante, é justamente entre os apoiadores do presidente que a recusa pela vacinação é maior, apesar de haver uma tendência nacional de buscar os imunizantes para se livrar do risco representado pelo vírus. A vacinação em massa é o caminho para crescimento de longo prazo da economia brasileira. Qualquer palavra contrária a isso é mera sandice.



Manga com leite

João Edisom de Souza (*)

Ainda nos porões da história brasileira se conta que manga com leite faz mal. É um engodo que foi criado propositalmente para evitar que os escravos comessem as mangas (que eram poucas), uma vez que o leite era farto e fazia parte da alimentação matutina na senzala.

Ou seja, mera cortina de fumaça para manipular o pensamento das massas e, assim, as mangas sobrassem todas para quem detinha o poder.

Olhando para o Brasil do século XXI temos a frase “está faltando líderes”. Isto não é totalmente verdadeiro, há muitos líderes bons sim e em vários setores. Acontece que eles não estão atuando na política nacional. Isso porque na política brasileira ainda impera que manga com leite faz mal, o que afugenta os novos líderes de entrarem nela.

A razão da ausência destas lideranças na política é simples: não deixam espaço para estadistas e os novos líderes não suportam as mentiras ditas necessárias con-

tadas pelos populistas que se apossaram das cadeiras públicas nos últimos anos. Os populistas vivem e sobrevivem somente de laceração e cancelamento.

Liderar vai além do exercício de mandatos ou da gestão patrimonial. Política envolve pessoas e interesses. O líder gestor cuida essencialmente de pessoas e as pessoas cuidam da economia, que por sua vez geram riquezas através da empregabilidade, bens e produtos. Vejam, não há espaço para “manga com leite”. Os novos gestores precisam de razões concretas para se motivarem e entrar na política.

A razão concreta é um conceito simples, hoje adotado pelo consultor Simon Sinek, que é um escritor britânico-americano, famoso por popularizar o conceito do “porquê” em sua palestra no TED, autor dos livros “Comece pelo porquê” (2018), “Encontre seu porquê” (2018) e “Líderes se servem por último” (2016). Hoje ele é um guru dos novos líderes no mercado mundial.

É do escritor Simon Sinek a frase “existem apenas duas maneiras de influenciar

o comportamento humano: você pode manipular ou inspirar. Se você quer ser um grande líder, lembre-se de tratar os outros com respeito em todos os momentos. Primeiro porque você nunca sabe quando pode precisar de ajuda. Segundo porque é um sinal de que você respeita as pessoas”.

No entendimento das novas lideranças não há espaço para ausência de diálogo ou falta de educação na comunicação para com o próximo, mesmo que seja seu opositor. Todos são consumidores em potencial das convicções a serem implantadas.

Pessoas não se convencem pelo que você faz, mas como você faz. Na era da informação e das facilidades de interações através das redes sociais e diversas outras mídias, é necessário abrandar as crises e criar ambientes harmônicos e propícios para as transformações.

Infelizmente nossos gestores ainda fazem parte da arcaica e combatida política do “falatório vazio” para enganar eleitor. Exemplos não faltam: briga BRT versus VLT entre prefeitura e Estado, ou mesmo

as constantes mentiras contadas pelo presidente da República no cercadinho do Palácio do Planalto, mostram o caráter retrógrado e ultrapassado destes gestores.

Nossos gestores políticos ainda olham o cidadão como massa de manobra a serem manipulados com discursos desconexos das verdadeiras possibilidades e acontecimentos. Herança imperial do domínio escravagista manipulador para esconder as verdades. Por isso atacam tanto a imprensa e pulverizam a sociedade com Fake News, que na verdade são as mangas e leites da atualidade.

Temos sim novos e bons líderes, se não estão no setor público é porque a política não deixa espaço para eles. A política da manga com leite mantém os velhos mandatários.

JOÃO EDISOM DE SOUZA é analista político.



Está surgindo o Biden brasileiro

Antero Paes de Barros (*)

O presidente Fernando Henrique Cardoso, depois de um jantar que precisou ser explicado à opinião pública com Lula, retomou hoje, segundo matéria publicada na Folha de São Paulo, as articulações em torno de um nome que pode unir o centro democrático nessa disputa presidencial.

Os índices de rejeição de Lula e Bolsonaro que lideram as pesquisas são altíssimos. E desde que o STF devolveu a normalidade política para Lula – é bom deixar claro que não o inocentou – o centro está condenado a se unir para apresentar um nome decente ao País e que tenha credibilidade.

Pois bem, hoje, Fernando Henrique anunciou que vai tentar unir o PSDB em torno de Tasso Jereissati.

Pessoalmente fico torcendo para que essa articulação dê certo, pois pode trazer unidade e paz aos tucanos e, como colega

de Tasso Jereissati por oito anos no Senado, posso dizer que o Brasil estaria muito bem servido com um político que tem a correta noção dos deveres de um homem público.

O PSDB só pode buscar a unidade do centro se tiver unidade interna e o presidente Fernando Henrique é a liderança mais autorizada a promover esse entendimento.

Vencida a etapa do PSDB, que espero seja breve, a candidatura Tasso pode decolar e finalmente poderemos ter um governo com programa e de união nacional. Ele tem capacidade pra isso. Vou elencar aqui as razões do meu otimismo.

- Tasso Jereissati foi governador do Ceará muito bem avaliado e está em seu terceiro mandato como senador da República. Empresário de muita credibilidade e tem facilidade também nesse setor. Até a sua idade avançada, não é nenhum jovemzinho inexperiente, facilita a unidade do PSDB e entre os outros postulantes do

Centro, pois tem a exata compreensão que um mandato seria suficiente para colocar o Brasil nos trilhos e até para finalmente desfazer o grande erro do presidente Fernando Henrique de ter criado a reeleição. Tem autoridade moral e credibilidade para propor isso. Outro detalhe, até pela idade existe muita semelhança de que Jereissati pode ser o Biden que o Brasil procura para derrotar o populismo de direita e não permitir o retrocesso já barrado nas urnas na última eleição.

- Há sim um enorme espaço para construir uma candidatura de centro. Assim que fecharam as urnas das eleições municipais tive oportunidade de escrever um artigo mostrando que o resultado das urnas, do eleitor foi muito claro, Nem PT, Nem Bolsonaro. Com a decisão do STF devolvendo a cidadania política para Lula, os analistas passaram pano no resultado das urnas. Só pra refrescar a memória, onde Bolsonaro meteu a cara perdeu as eleições para pre-

feito e o PT quase foi varrido do mapa. Não acredito que a nova narrativa colocada à disposição do PT pelo STF possa convencer o povo brasileiro.

- O caminho a ser percorrido ainda é difícil e esbarra em algumas vaidades, mas chegou a hora do PSDB apresentar um sinal de maturidade e incensar o nome de Tasso. Muito bom para o partido, melhor para o Brasil. É hora de colocar as vaidades de lado e pensar na urgência de uma candidatura confiável de centro.

Fernando Henrique precisa apressar esses entendimentos. A indicação de Tasso pode unir o Brasil. Tem tudo para repetir o sucesso de Biden.

ANTERO PAES DE BARROS é jornalista, radialista, advogado, foi deputado constituinte e senador da República.



Lixo é matéria-prima

Faissal Calil (*)

O que para muitos é um obstáculo renderia um montante de R \$5,7 bilhões à economia brasileira. Isso somente com a reciclagem do plástico, que representa 13,5% dos 78,3 milhões de toneladas de resíduos sólidos produzidos pelo Brasil.

São bilhões que poderiam ser aplicados em várias atividades voltadas à sustentabilidade, como os serviços de coleta, limpeza urbana e educação ambiental. Ou seja: O Brasil vem perdendo dinheiro por não investir

em uma política urbana de sustentabilidade e de resíduos sólidos.

Infelizmente, essa é a nossa realidade, e, isso, porque muitos dos gestores públicos ainda possuem uma mentalidade de que o lixo é somente um problema – e, realmente, se não tratado de maneira correta, ele será. Essa falta de entendimento faz com que somente 10% dos resíduos gerados nas cidades brasileiras sejam reciclados, sendo que o setor movimenta anualmente quase R\$ 12 bilhões por ano. Porém, cerca de R \$8 bilhões são perdidos porque falta à implantação de

serviços de reciclagem e coleta seletiva. Em Mato Grosso apenas 18% do lixo é tratado e dos 141 municípios, 22 estão adequados a um planejamento de coleta.

Diante disso, nosso maior desafio neste âmbito é conscientizar de que o lixo não é um obstáculo. Pelo contrário, em vários países desenvolvidos, o lixo é matéria-prima, inclusive usado para produzir energia. Hoje, além do plástico, temos o vidro que produz areia e que pode ser aplicada na construção de casas populares. Outro a técnica da compostagem. Com ela é possível transformar resto de comida em adubo orgânico.

Para que essas boas práticas se tornem hábitos, é necessário um planejamento, que bem desenvolvido impacta diretamente na diminuição da quantidade de lixo que é repassada aos aterros sanitários. Isso também leva à economia do município, uma vez que as prefeituras pagam pela tonelada de lixo enviado.

Esse cenário de números e falta de concretização faz pensar o quanto Mato Grosso retrocede quando não dá celeridade ao desenvolvimento do plano estadual de resíduos sólidos.

Como representante e defensor dessa bandeira, tenho indicado medidas, que se desenvolvidas protegeriam nosso meio ambiente em um percentual elevado. O tratamento adequado do chorume nos aterros sanitários é uma dessas medidas. Esse líquido poluente acaba adentrando no lençol freático e contaminando nossa água. Além dessa medida, tenho participado das tratativas da implantação de um consórcio na região de Sorriso, que em seu primeiro aspecto traz o tratamento do lixo, ampliando, assim, a possibilidade mais rápida da desativação dos lixões.

A conscientização continua sendo a melhor saída para práticas eficazes na preservação do nosso meio ambiente. Para isso, precisamos, cada vez mais, ensinar à população o quanto o reaproveitamento do lixo caseiro impacta na natureza e também fomenta a economia. Tudo isso, transforma-se em emprego e renda.

Mudar nossa realidade envolve educação ambiental, que é outra ação que faz parte da minha legislatura por meio do trabalho social, alcançando as famílias.

A educação é um agente transformador. No meio ambiente não seria diferente. Mudanças de hábitos é um trabalho de “formiguinha” que exige disposição. Nisso, precisamos começar a pensar em qual mensagem queremos passar e em qual legado deixaremos. Pois não é somente fazer um mundo melhor para as futuras gerações, inclusive nossos filhos. É deixarmos pessoas melhores para o mundo.

Mato Grosso é campeão em produção, porém, precisamos subir no pódio de campeão em sustentabilidade. O estado tem tecnologia suficiente para promover essa mudança, como a implantação de equipamentos de pirólise (gaseificação) e de oxirredução, que reduzem o lixo em cerca de 95%, podendo transformá-lo em energia, solução que venho apontando desde 2019. A Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema) já autorizou a instalação da primeira usina de lixo aqui no nosso estado. Espero que isso aconteça em breve para é avançarmos ao progresso!

FAISSAL CALIL é advogado e deputado estadual em Mato Grosso



Jornal

IMPRESSO MT

FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
CLAUDINEY FALLCÃO SANTOS

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Av. Thomé de Arruda Fortes nº 221, Bairro: Morada do Ouro, Cuiabá - MT, Cep: 78.053-505
Telefone: 65 99696-6688

LISTA TRÍPLICE

Três juristas seguem na disputa por uma cadeira no Tribunal Regional Eleitoral; escolha será feita pelo presidente Jair Bolsonaro

TJ define nomes de advogados

Montagem: TRE-MT / Arquivo Pessoal / Arquivo Pessoal



Gabriel Soares

O pleno do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) definiu na quinta-feira (10) os nomes dos advogados que irão compor a lista triplíce para disputar uma vaga de juiz membro do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MT).

A cadeira que será preenchida é ocupada hoje por Sebastião Monteiro, que se candidato novamente à vaga. Ele permanece no cargo até este sábado, 12 de junho.

A lista aprovada pelo TJMT é encabeçada pelo advogado Welder Queiroz dos Santos, que recebeu 24 votos, seguido por Huendel Rolim, com 23, e Sebastião Monteiro da Costa Junior, com 14.

Também disputaram a vaga os advogados Sandro Luis Costa Saggin, Eustáquio Inácio de Noronha Neto, Célia Costa Santos, Ronaldo Coelho Damin e Ricardo Borges Sampaio. Contudo, eles não se qualificaram para a lista triplíce.

Os nomes serão encaminhados ao Tribunal Regional Eleitoral. De lá, a lista seguirá para o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que encaminhará os nomes para análise da Presidência da República. O presidente Jair Bolsonaro poderá escolher o nome que achar melhor para o cargo, e não precisa se ater ao mais votado. O escolhido irá cumprir um mandato de dois anos e ainda poderá se candidatar a reeleição por mais um biênio.

OUTRAS VAGAS - Sebastião de Arruda Almeida foi eleito juiz-membro substituto, com 12 votos, para ocupar uma vaga destinada a magistrado da Justiça Estadual. Ele entra na cadeira aberta com a renúncia do magistrado Edson Dias Reis.



Os advogados Welder Queiroz, Huendel Rolim e Sebastião Monteiro, que vão disputar a vaga no TRE-MT

Ana Cristina Mendes foi a segunda eleita juíza-membro substituto, também categoria de juiz de Direito, com 12 votos. Ela entra na vaga aberta com a saída do juiz Ednei Ferreira dos Santos, que completou seu primeiro biênio.

COMPOSIÇÃO DO TRE - O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso é composto por sete juizes. Destes, dois são desembargadores escolhidos entre membros do Tribunal de Justiça para ocupar os cargos de presidente e vice-presidente. Neste biênio, foram

escolhidos para o cargo os desembargadores Carlos Alberto Alves da Rocha, atual presidente do TRE, e Nilza Maria Pôssas de Carvalho.

As cinco cadeiras restantes são divididas da seguinte forma: duas vagas para magistrados da Justiça Estadual, es-

colhidos pelo Pleno do TJ; duas vagas para advogados indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MT), cuja lista é submetida ao TJMT para seleção de três nomes; uma vaga para juiz indicado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

RESTRICÇÕES DA ANVISA

Mauro Mendes tenta renegociar compra da Sputnik V

Gabriel Soares

As condicionantes impostas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) à importação e uso excepcional da vacina Sputnik V forçaram o governo de Mato Grosso a renegociar o contrato fechado com o Fundo Soberano Russo. O governador Mauro Mendes (DEM) informou na manhã de terça-feira (8) que já iniciou as tratativas para readequação do contrato.

Em conversa com jornalistas, Mauro ex-

plicou que o contrato firmado com o governo russo previa a compra de 1,2 milhão de doses, a serem entregues no prazo de quatro meses. Além disso, o governo possui um segundo acordo, por meio do Consórcio Brasil Central, para compra de 2 milhões de doses, totalizando 3,2 milhões.

Contudo, a Anvisa limitou o número de doses para o lote inicial a 1% da população dos estados e só vai liberar novas remessas após analisar os dados sobre

a aplicação dessas vacinas. Pela regra da Anvisa, Mato Grosso poderá comprar doses suficientes para vacinar 32 mil pessoas. O restante fica condicionado à liberação da Anvisa, que pretende conduzir estudos próprios sobre a eficácia e segurança da Sputnik V.

“A Anvisa liberou, vamos correr atrás, mas é uma liberação muito pequena, um por cento. Nós estamos aí dialogando com o Fundo Russo para restabelecer as condições contratuais, porque nós não com-

pramos assim deles né”, disse. “Agora nós temos que fazer um novo diálogo com eles para ver se eles vão aceitar essa condição de entregar 1% e depois ficar esperando o que a Anvisa colocou como exigência”, completou.

Apesar de considerar ‘lamentável’ a imposição de restrições pela Anvisa, o governador comemorou a decisão que liberou a importação excepcional da vacina. Mauro confirmou que tem mantido conversas com outros governa-

dores desde sábado (5), dia seguinte à decisão da Anvisa, e que irá aproveitar a oportunidade.

“Nós, governadores, vamos tentar cumprir e vamos dar sequência, porque qualquer número de vacina que chegar a qualquer estado brasileiro seguramente são vidas que serão salvas e que poderão ajudar a Brasil a recuperar a nossa condição de viver, de conviver, de se relacionar e contribuir para que a economia brasileira ganhe um novo ritmo”, pontuou.

Mauro disse ainda que ainda não foi procurado pelo governo federal para a inclusão da Sputnik V no Plano Nacional de Imunização (PNI), possibilidade que havia sido discutida quando o contrato de compra da vacina foi anunciado. Ele afirmou que não rejeita essa hipótese, desde que o governo federal pague pelas vacinas.

“O governo do Estado de Mato Grosso está preparado para comprar e pagar. Agora, se comprar, é nosso, vai vir aqui para o estado”, concluiu.

AÇÃO SOLIDÁRIA

Assembleia Legislativa vai doar cestas básicas às famílias carentes

Da redação

Mais uma ação beneficente será realizada para levar alimentos à mesa de quem mais precisa. Esse é o objetivo da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) e a Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso (Aprosoja) que firmaram a parceria para mobilizar o setor produtivo e arrecadar cem mil cestas básicas que serão distribuídas em Mato Grosso.

Para isso, será lançada nos próximos dias uma campanha de mobilização, conforme encaminhamentos feitos nesta quarta-feira (9), durante reunião com o presidente da Aprosoja, Fernando Cadore; o diretor, Wellington Andrade e o presidente da ALMT, Max Russi (PSB), o primeiro-secretário, Eduardo Botelho (DEM), e a deputada Janaina

Riva (MDB), no Plenário da Casa de Leis.

“Fizemos o convite e nos procuraram para firmar essa parceria para que possamos atender as pessoas que estão passando por dificuldades, por falta de emprego, por não ter comida na panela. Então, vamos fazer um grande trabalho juntos para fornecer cestas básicas. Nossa meta é ousada, inicialmente queremos atender 100 mil famílias, quem sabe até ultrapassar essa quantidade”, disse Botelho, que defende a participação do setor produtivo no combate à fome, especialmente, no momento em que muitos padecem em decorrência dos reflexos da pandemia.

Assim como a Assembleia Social leva ajuda para os menos favorecidos, a Aprosoja também tem o Agrosolidário, ação social com três frentes de atuação: dis-

tribuição de alimento à base de soja; orientação nutricional para mães de baixa renda; e ajuda financeira para iniciativas culturais que dão oportunidades às crianças carentes.

“A parceria com a Assembleia vem no sentido de somar também, essa contrapartida de cada cesta doada pelos produtores, ela vai colocar outra é muito importante para atender muito mais pessoas”, destacou Cadore.

A ALMT também é parceira do governo do estado na distribuição de alimentos. Recentemente, 1,5 mil famílias do bairro Pedra 90, em Cuiabá foram contempladas. Além dos recursos destinados para o programa Ser Família Emergencial, auxílio de R\$ 150, por cinco meses, para 100 mil famílias de baixa renda que passam dificuldades por conta da pandemia da Covid-19.

CASSAÇÃO

Caso de Carlos Avallone volta à pauta do TRE nesta terça

Gabriel Soares

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MT) marcou para esta terça-feira, 15 de junho, o julgamento de um novo recurso do deputado estadual Carlos Avallone (PSDB). O parlamentar tenta reverter a decisão que determinou sua cassação, por abuso de poder econômico e captação ilícita de recursos (caixa dois).

O caso em julgamento diz respeito à apreensão de R\$ 89,9 mil em dinheiro dentro de veículo usado na campanha de Avallone em 2018. A abordagem foi filmada por um policial rodoviário federal e anexada ao processo.

Os ocupantes do veículo entraram em contradição ao serem questionados sobre a origem do dinheiro, tanto durante a abordagem policial quanto durante o julgamento do caso. Um deles, identificado como Dener Silva, afirmou inicialmente que o dinheiro seria usado para pagar cabos eleitorais em Cáceres, às vésperas da elei-

ção. Contudo, ele mudou a versão mais tarde e passou a dizer que não sabia para que serviria o dinheiro.

Outro ocupante do carro, identificado como Luiz da Guia, alegou que o dinheiro pertencia a ele e seria proveniente da venda de uma moto. Mais tarde, porém, ele também mudou a versão e passou a dizer que iria “fazer esclarecimentos em momento oportuno”.

A defesa de Avallone se apoia nessas contradições para tentar reverter a cassação. Os advogados alegam que o acórdão anterior apresenta erros e ignora tais contradições nos depoimentos. Afirmam ainda que há indícios de coerção e manipulação no vídeo filmado pelo policial rodoviário federal que fez a apreensão. No entanto, tais alegações já foram rechaçadas, por unanimidade, durante sessão do Pleno do TRE-MT ocorrida em 26 de abril deste ano.

“Assim, como dito pelo Ministério Público Eleitoral em suas contrarrazões, o que o embargante faz,

em verdade, é impugnar a valoração da prova feita por este juízo, o que não é cabível em sede de embargos de declaração”, disse o relator do caso, juiz Fábio Fiorenza, durante a análise do recurso anterior.

O relator também reconheceu o erro no acórdão, ao fazer referência a uma das testemunhas, mas apontou que a falha “é de pequena importância, pois diversos foram os motivos pelos quais as alegações de Luiz da Guia não foram consideradas dignas de crédito pelo colegiado, elencados à exaustão no acórdão. Assim, como afirmado pelo Ministério Público Eleitoral, os embargos de declaração merecem ser acolhidos nesse ponto, mas sem efeitos infringentes”.

Avallone foi cassado pelo TRE em 10 de dezembro de 2020, também por decisão unânime. Além da perda do mandato, foi determinada a anotação do registro de inelegibilidade na ficha de Avallone, para impedir candidatura futura.

ISENÇÃO DOS APOSENTADOS

Deputados articulam com o governo para destravar projetos de isenção dos aposentados e esperam resposta ainda no começo da semana

'Queremos aprovar ainda em junho'



Da redação

Os deputados estaduais de Mato Grosso pretendem intensificar os diálogos com o Executivo a partir da semana que vem para destravar os projetos de isenção da alíquota previdenciária de 14% para aposentados e pensionistas. A informação foi revelada nesta sexta-feira (11) pelo deputado Allan Kardec (PDT). A expectativa é que uma resposta já saia nesta terça-feira (15).

Conforme o Estadão Mato Grosso noticiou esta semana, os projetos que ampliam as faixas de isenção da alíquota previdenciária foram travados após o Conselho da Previdência dobrar o valor da isenção para os aposentados portadores de doenças raras. O governo tinha fechado acordo com deputados para isentar os valores

até o teto do INSS, hoje em R\$ 6,4 mil, mas o conselho dobrou esse valor.

Em conversa com a reportagem, Kardec avaliou que o aumento na faixa de isenção representa uma vitória para os aposentados e pensionistas doentes, mas admitiu que houve um atropelo na decisão do conselho. Apesar disso, ele disse acreditar que o governador Mauro Mendes (DEM) irá aprovar essa mudança, já que apenas 600 pessoas seriam beneficiadas por este projeto, um número considerado pequeno diante do tamanho do sistema previdenciário.

“O que tinha sido acordado era o teto, mas teve a revirada do projeto para dois tetos, que eu acho justo, e agora o governo está fazendo um novo estudo de impacto, para ver se vai ter condição de manter isso ou não. Eu acredito que consiga manter dois tetos, até porque não são nem 600 pessoas, é um impacto bem pequenininho”, pontuou.

Kardec lembrou ainda que há representantes do governo no Conselho do MTPrev e, de certa forma, eles aceitaram a mudança no projeto. Em

sua opinião, esse é mais um ponto a favor da manutenção da isenção para o dobro do teto.

Sobre os demais aposentados, o deputado aponta que será possível andar com o projeto assim que for concluído o estudo de impacto financeiro. O texto em análise prevê a isenção da alíquota previdenciária sobre o valor de 3 salários mínimos, apenas para os aposentados que recebem até R\$ 9 mil.

“Se já tivesse passado rápido no conselho a questão das doenças incapacitantes, já estaríamos sendo apresentado a questão de todos os outros aposentados. Então, acho que semana que vem a gente tem que conversar com o governo, para colocar os dois de volta, para que a gente possa acelerar e aprovar tudo ainda nesse mês de junho”, explicou.

Os deputados também pretendem ‘puxar a corda’ mais um pouco nesse projeto, estendendo o benefício para os aposentados e pensionistas que recebem até R\$ 10 mil. Se conseguirem, a faixa de isenção se aplicará à ampla maioria dos aposentados da Educação e da Saúde.



Kardec acredita que governador irá aceitar alteração feita pelo Conselho da Previdência e projetos podem ser aprovados ainda este mês

GUERRA DA RGA

Janaína Riva cita defasagem de 20% e cobra acordo

Da redação

Diante da possibilidade de uma nova greve geral em Mato Grosso, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) decidiu intermediar as discussões entre servidores públicos e o governo do Estado a respeito do pagamento da Revisão Geral Anual (RGA) de 2019 e 2020. Em conversa com jornalistas, a deputada Janaína Riva (MDB) defendeu uma negociação ampla para evitar a paralisação dos serviços públicos.

Um dos principais pontos de divergência entre Estado e servidores diz respeito ao valor que está atrasado. Os servidores alegam que seus salários estão defasados em 21% pelo não pagamento das revisões anteriores. Já o Estado tem outro cálculo que, segundo Janaína, aponta para uma defasagem na ordem de 10%.

Diante do impasse, o presidente da Assembleia, Max Russi (PSB), convidou o secretário de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), Basílio Bezerra, para uma reunião com representantes do Fórum Sin-

dical. O encontro deve acontecer na quarta-feira (16).

“Na minha opinião, o valor hoje é de quase 20%. E o Estado pode, perfeitamente, abrir espaço para uma negociação. Isso não quer dizer que o Estado tenha que bancar isso. O que os servidores estão exigindo é planejamento, cronograma futuro, mesmo com todas as regras que já se impõem à Lei de Responsabilidade Fiscal. Não é uma demanda absurda. É uma demanda justa e eles merecem ser ouvidos. Se o Estado vai conseguir atender ou não, aí é outra questão”, disse Janaína.

A deputada lembrou ainda que a negociação com os servidores do Poder Executivo é essencial para viabilizar o pagamento da RGA aos trabalhadores dos outros Poderes. Esse é o entendimento da Procuradoria-Geral da República (PGR), em ação que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF) para suspender o pagamento da RGA aos servidores do Poder Judiciário mato-grossense.

“Então, é interessante sim que ela seja feita

de forma coletiva, com servidores de várias categorias e não de forma isolada. Eu acho que é uma demanda justa. [...] Como a gente já viu, dificilmente 2020 e 2021 vão ser considerados anos obrigatórios para pagamento, esse deve ser o entendimento do STF. Pelo que nós vimos também a antecipação do Ministério Público Federal”, pontuou.

Mais cedo, o secretário Basílio afirmou que o Estado não atendeu os critérios para pagamento da RGA de 2019 e 2020 devido à crise financeira que enfrentava durante o governo de Pedro Taques (Solidariedade).

“Não é uma questão discricionária, não parte da vontade pessoal do governo. Muito pelo contrário. Quando ele teve condição de fazê-lo, ele fez, que é o caso da RGA de 2022, que é referente ao apurado em 2021. Então, quando o governo teve condições legais e fiscais, ele cumpriu. O governo não se baseia em mero achismo, ele trabalha com a legislação, número e normas”, disse, em entrevista à Rádio Capital.

AUTOPROMOÇÃO

Justiça cassa mandato de prefeito e vice em Mato Grosso

Da redação

A juíza da 60ª Zona Eleitoral de Campo Novo do Parecis, Cláudia Anffe Nunes da Cunha, cassou o mandato do prefeito e vice-prefeito do Município, Rafael Machado (PSL) e Toninho Brolio (PSL), respectivamente. Ela acatou o pedido formulado pela coligação “É a vez do povo”, encabeçada pelo candidato derrotado Clovis de Paula (PSC), que os acusou de abuso de poder econômico por utilizar a máquina pública em benefício próprio. A condenação incluiu a classificação de ficha suja para ambos, os impedindo de disputar cargos públicos por 8 anos. Eles podem recorrer no cargo.

Ao analisar o caso, a magistrada pontuou que as peças anexadas, de fato, continham o prefeito Rafael Machado como locutor, enaltecendo sua gestão à frente do mu-

nício. Anffe ressaltou que a publicidade na Administração Pública serve como prestação de contas à população e que nunca deve ser utilizada como propaganda partidária.

Ao ajuizar o caso, a coligação anexou peças em que Rafael – que já era prefeito – aparece enaltecendo a própria gestão entre os anos de 2017 e 2020, sendo intensificada nos dois últimos anos, com a aproximação do pleito eleitoral. Os gastos com publicidade em 2019 foram duplicados em comparação aos outros anos. O objetivo, na avaliação dos autores da ação, era o de aumentar também os gastos em 2020, já que a legislação eleitoral não permite aumento neste gasto em ano eleitoral.

Também foi citado no processo que a gestão passada realizou diversas obras com cunho eleitoral, como pavimentação

asfáltica e recapeamento, sem autorização da Câmara Municipal. Segundo a peça, o prefeito chegou a enviar Mensagem ao Legislativo pedindo autorização para as obras, mas não aguardou o trâmite legal, pondo em prática o planejamento e incluindo vias que não estavam no planejamento original.

Apesar de Brolio não integrar a gestão passada, a magistrada ponderou que ele foi diretamente beneficiado pelas peças, já que disputou e se elegeu vice-prefeito.

A ação também tinha como alvo o vice-prefeito da gestão passada, Marcelo Burgel, mas a juíza indeferiu o pedido por considerar que não foi comprovada sua autopromoção nas peças publicitárias. Ela também citou que as propagandas institucionais não ajudaram Burgel a se eleger vereador, cargo que disputou nas últimas eleições.

LÍDER DO PSL

Ex-candidato em Cuiabá ganha cargo em Brasília

Gabriel Soares

Presidente do PSL em Mato Grosso, o advogado Aécio Rodrigues agora é o responsável pelo Escritório de Representação do Estado de Mato Grosso em Brasília (Ermat). O ato de posse aconteceu na manhã de segunda-feira (7), no Palácio Paiaguás, sede do governo de Mato Grosso.

Aécio Rodrigues foi candidato a prefeito de Cuiabá em 2020, mas acabou derrotado ainda no primeiro turno. Ele conquistou pouco mais de 5,6 mil votos, o que lhe

garantiu o sexto lugar. Contudo, seu partido detém as maiores bancadas na Assembleia Legislativa e da Câmara Federal, o que foi considerado um ponto importante para garantir a representação dos interesses do Estado em Brasília.

“Nós precisamos de alguém que tenha a capacidade de fazer essa articulação, e que possa melhorar e otimizar o trabalho do governo do Estado de Mato Grosso em Brasília, frente a tantos interesses que Mato Grosso tem para com a nossa população.

Eu tenho certeza que o Aécio vai poder desempenhar isso à altura, porque é um jovem com boa formação, boa índole e vai nos ajudar a melhorar a nossa atuação e defender os interesses de Mato Grosso lá em Brasília”, avaliou o governador Mauro Mendes (DEM).

Já investido no cargo, Aécio ressaltou o trabalho da gestão atual na recuperação das contas públicas e nas estratégias de combate à pandemia de covid-19.

“É um prazer poder trabalhar pelo meu es-

tado. Vou honrar muito essa confiança que me foi dada. Esse é um governo sério, que pegou bilhões de dívidas, e hoje está com tudo em dia, pois o governador teve pulso firme para tomar as medidas necessárias. O governo conseguiu Nota A no Tesouro Nacional e também é um exemplo na gestão durante a pandemia. Vou trabalhar com lealdade ao governo e aos princípios da administração”, disse Aécio.

A posse de Aécio foi acompanhada pelo secretário-chefe da Casa

Civil, Mauro Carvalho; pelos deputados estaduais Elizeu Nascimento e Gilberto Cattani, ambos do PSL; além de prefeitos, vereadores e outras lideranças.

ATUAÇÃO DO ERMAT - O Escritório de Representação do Estado de Mato Grosso (Ermat) representa e assessora o governo de Mato Grosso junto ao Governo Federal, Congresso Nacional, instituições públicas e privadas e organismos internacionais, na articulação de ações de interesse de Mato Grosso.

Outra função é articular e acompanhar a tramitação e o desenvolvimento de programas, projetos, convênios, termos de cooperação e emendas parlamentares de interesse de Mato Grosso, que envolvam recursos federais.

O escritório ainda atua em eventos e conversas relacionadas à sua função em Brasília e, quando autorizado pelo governador, junto às embaixadas e representantes de outros países, colaborando na divulgação das potencialidades de Mato Grosso.

MEIO AMBIENTE

Em visita a Mato Grosso, embaixadores de quatro países e da União Europeia combatem ao desmatamento e fecham acordos de cooperação

Preservação atrai investimentos



Da redação

Um grupo de embaixadores de quatro países, mais a União Europeia, estiveram reunidos na terça-feira (8), em Cuiabá, para conhecer o programa de combate ao desmatamento ilegal em Mato Grosso e firmar parcerias de cooperação técnica com o governo do Estado. A ideia, segundo eles, é levar o 'exemplo de sustentabilidade' mato-grossense para o conhecimento de outros estados brasileiros.

Mais cedo, o embaixador americano no Brasil, Todd Chapman, assinou um memorando com o governador Mauro Mendes (DEM), para o intercâmbio das melhores práticas, serviços e tecnologias em várias áreas: educação; saúde, ciência, meio ambiente, mudanças climáticas e tecnologia; segurança pública; comércio e in-



Embaixador dos EUA no Brasil, Todd Chapman quer levar tecnologias de Mato Grosso para combater ao desmatamento em outros estados

vestimento; agricultura; turismo; economia verde e infraestrutura.

Chapman explicou que o programa de combate ao desmatamento em Mato Grosso o impressionou e, por isso, ele resolveu conhecer de perto a realidade. Ele cita que o estado continua aumentando sua produção agropecuária, ao mesmo passo em que

registra quedas no índice de desmatamento.

"Não conhecíamos Mato Grosso, nossas empresas estão investindo aqui e esse é um estado que está liderando em muitos campos. Por isso, todos nós queríamos vir e eu, pelo menos, estou saindo pensando como é que algumas dessas iniciativas aqui possam ser utilizadas em ou-

tros estados. Saio com esse pensamento e vejo muitas oportunidades, econômicas e ecológicas aqui", disse Chapman.

Uma das iniciativas que podem ser levadas a outros estados, segundo Chapman, é o uso de satélites para mapear os focos de desmatamento em tempo real. Outra questão citada é o Cadastro Ambiental Rural (CAR) de Mato Grosso e

sua integração ao sistema de monitoramento, o que possibilita a identificação da propriedade onde estão ocorrendo os crimes ambientais.

Heiko Thoms, embaixador da Alemanha no Brasil, disse que os países europeus querem continuar fazendo negócios com o país. Ele destacou que a Europa não está preocupada com produtos baratos, mas

com produtos de qualidade e sustentáveis, pois "é isso que atrai os investidores".

O embaixador do Reino Unido, Peter Wilson, destacou a importância de Mato Grosso na produção de alimentos para o mundo, mas salientou que os consumidores europeus têm escolhido empresas comprometidas com a sustentabilidade, o que representa uma oportunidade para Mato Grosso crescer ainda mais.

"Mato Grosso possui uma sustentabilidade muito forte e o comércio no Brasil vai ser muito forte. Os consumidores querem apoiar quem faça bem e melhor ao mesmo tempo", disse.

Já a representante da Noruega, Livia Costa Cramer, avalia que os próprios produtores rurais estão preocupados com o desmatamento ilegal e estão unidos para combater os agricultores que não preservam o meio ambiente. Livia ressaltou que já veio diversas vezes ao estado e vê que essa preocupação é demonstrada pelos grandes produtores, que possuem investidores internacionais e até mesmo ações em bolsas de valores.

IMBRÓGLIO NO TCE

TJ mantém substituto fora do cargo de corregedor

Da redação

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) negou, mais uma vez, o pedido do auditor substituto de conselheiro Moisés Maciel para reassumir o cargo de corregedor-geral do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MT).

Maciel havia sido colocado no cargo para o biênio 2020-2021, mas foi deposto do cargo no dia 27 de agosto de 2020, após o retorno do conselheiro Valter Albano ao TCE.

"O auditor substituto não é, por este exato motivo, membro julgador do Tribu-

nal de Contas; apenas o é quando tiver temporariamente substituído o titular da relatoria. Diante desse cenário, da exegese das disposições constitucionais, que dispõem sobre os Tribunais de Contas, extrai-se que os auditores somente integram o quadro

julgadores do Tribunal de Contas quando o estão em substituição, ou interinidade", diz trecho da decisão, assinada pelo desembargador Marcio Vidal.

O magistrado destacou ainda que um auditor substituto, função de Moisés Maciel, não é conselheiro e nem se as-

semelha a este no âmbito jurídico.

"Auditor substituto não é conselheiro, e nem a este se assemelha, eis que não é membro pleno dos Tribunais de Contas. O substituto não exerce, portanto, o cargo de conselheiro. Tampouco quando estiver exercendo a interinidade ou

substituição passa a ser 'conselheiro', como se ascendesse funcionalmente a novo cargo".

Maciel já havia impetrado mandado de segurança contra a decisão que o destituiu do cargo de corregedor-geral, no dia 1º de setembro de 2020, que foi negada pelo TJ.

INVESTIGAÇÃO NA AL

CPI convoca Silval para depor

Gabriel Soares

O ex-governador Silval Barbosa terá que voltar à Assembleia Legislativa. Ele terá que depor à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga a renúncia e sonegação fiscal em Mato Grosso sobre os esquemas que envolvem o setor de mineração. O requerimento, de autoria do deputado Wilson Santos (PSDB), foi aprovado na manhã de segunda-feira (7).

Delator de vários esquemas criminosos envolvendo políticos de Mato Grosso, Silval Barbosa começou sua trajetória no estado como garimpeiro na região de Matupá. Foi lá também que iniciou sua carreira política, em 1993, como prefeito da cidade.

Além de Silval, também foram convocados para depor na comissão os empresários Filadelfo Dias, Valdinei Mauro de Souza, Sérgio França, Prímio Riva e Walney Rosa.

Presidente da CPI, Wilson Santos diz que o objetivo da convocação é colher informações

para que o Legislativo possa avançar na modernização de leis e garantir uma fiscalização eficiente sobre o setor de mineração. Segundo ele, muitas denúncias chegaram ao conhecimento da CPI a respeito da mineração, mas serão devidamente apuradas antes de qualquer responsabilização, muitas delas permanecendo, inclusive, em sigilo.

"A mineração é uma área complexa que sempre correu solta, com pouca fiscalização, uma área em que o Estado tem pouco conhecimento e que tem servido atividades ilícitas. Além disso, as informações que dispomos é de que se ganha muito dinheiro com essa atividade e o retorno aos cofres públicos, em termos de contribuição, é quase zero", disse.

Em depoimento à CPI no dia 18 de maio, o delegado federal Cristiano Nascimento dos Santos revelou que a sonegação de tributos federais do ouro em todo o Brasil atingiu R\$ 318 milhões, no período compreendido entre janeiro de 2016 e maio de 2019.

A maior parte é relativa ao Imposto de Renda que o garimpeiro deixa de pagar, que corresponde a R\$ 198 milhões. Em relação à exportação do ouro, nesse mesmo período, o valor foi de R\$ 434 bilhões.

Durante as investigações sobre o setor da mineração, a Comissão já ouviu o presidente da Companhia Mato-grossense de Mineração (Metamat), Juliano Jorge, e o presidente da Federação das Cooperativas de Mineração do Estado de Mato Grosso (Fecomim), Gilson Camboim.

A COMISSÃO - A CPI da Renúncia e Sonegação Fiscal foi instalada em março de 2019, para apurar indícios de fraudes fiscais em Mato Grosso. Os trabalhos foram divididos em cinco sub-relatorias, de acordo com as áreas de prioridade para as investigações. Cada membro da comissão ficou responsável por uma dessas sub-relatorias: agronegócio, combustíveis, frigoríficos, incentivos fiscais e mineração. As investigações ainda não têm prazo para terminar.

ELEIÇÕES 2022

Mario Nadaf: Emanuel deve olhar a lição de Wilson Santos

Gabriel Soares

Líder do prefeito na Câmara de Cuiabá, o vereador Mario Nadaf (PV) sinalizou, ser contrário à possível candidatura de Emanuel Pinheiro (MDB) para o governo do Estado nas eleições de 2022. A candidatura tem sido comentada nos bastidores da política e ganhou força após um discurso do prefeito, feito durante o lançamento do viaduto Murilo Domingos, em maio.

Mario Nadaf disse que tem recomendado a Emanuel que observe o exemplo do deputado estadual Wilson Santos (PSDB), que deixou a prefeitura de Cuiabá em 2010, no meio do mandato, para disputar a eleição ao governo. Confiante na vitória devido à alta popularidade que gozava na capital, Wilson acabou amargando a terceira colocação no pleito.

"O deputado Wilson Santos é uma boa lição a ser aprendida do que não se deve fazer. No

momento em que ele saiu, em pleno exercício do mandato, em uma candidatura ao governo. Isso é uma boa lição. E o prefeito Emanuel tem que ficar muito atento a essa questão, porque ele [Wilson] foi repudiado, teve uma participação ínfima no processo ao cargo majoritário estadual que ele participou", disse.

Apesar de se mostrar contrário, Nadaf destacou que essa decisão política deve ser tomada apenas no próximo ano e que "a vontade popular que vai dizer qual o caminho do Emanuel". Ele garante que o prefeito não tem comentário sobre sua vontade de ser candidato a governador e sequer chegou a passar qualquer orientação nesse sentido a seus aliados na Câmara Municipal.

"Não coloca em momento nenhum como candidato. Ele diz que tem um compromisso grande com a população de Cuiabá e que só abandonaria esse man-

dato de prefeito se fosse no sentido de ajudar Cuiabá de uma forma ainda maior como governador. Ele ainda tem muito a realizar, o mandato dele tá apenas começando, está no primeiro ano de gestão e muita coisa que nunca Cuiabá tinha assistido, agora está assistindo. No intervalo de 8 meses, a conclusão de dois viadutos", citou.

Mesmo se posicionando contra a candidatura de Emanuel ao governo, Nadaf já sinalizou para a capacidade do vice-prefeito José Roberto Stopa (PV) assumir a gestão da capital. Nesta toada, chegou até a dizer que as situações de Emanuel e Wilson são diferentes.

"Se bem que nós temos de separar né. Hoje nós temos outro momento. Nós temos o protagonismo do partido verde, um vice apto para assumir a qualquer momento. [...] Acredito que essa matéria vai amadurecer no decorrer do tempo", concluiu.

PREÇO DO LOCKDOWN

O valor da indenização não foi definido na inicial. Conforme a Abrasel, cada um de seus associados percebeu prejuízos diferentes

Empresários querem indenização

Robson Fraga | Coren-MT



Associados está passando por grave crise financeira em virtude dos decretos que proibiram e restringiram o funcionamento de bares e restaurantes

ríodo, limitaram a ocupação dos locais a 50% da capacidade.

“Os decretos de lockdown em várias cidades do Brasil fez com que o setor de bares e restaurantes chegasse ao mês de abril deste ano com 91% dos estabelecimentos com problemas em adimplir a folha de pagamentos. Em março último, esse índice era de 76%”, diz trecho da ação.

A Abrasel argumenta que, por mais que o governo tenha o direito e obrigação de tomar medidas para preservar a vida e a saúde dos cidadãos, também precisa ressarcir eventuais prejuízos causados à iniciativa privada por meio de suas normas. Cita como exemplo o caso da Varig, companhia aérea que foi à falência. Ao analisar o caso, o Supremo Tribunal Federal (STF) compreendeu que o Estado é obrigado a indenizar os prejuízos causados à iniciativa privada mesmo quando se trata de atos lícitos.

“Percebe-se que o Tribunal constatou que mesmo o ato lícito do

Estado gera responsabilidade objetiva e mesmo os atos legislativos, se geraram “prejuízos específicos, expressos e demonstrados” ensejam a reparação do dano ao particular. Isso porque o Brasil adotou a teoria da responsabilidade objetiva com base no risco administrativo, de modo que basta a configuração do dano e a verificação do nexo de causalidade entre aquele e a ação

estatal para se impor o dever do Estado de indenizar”, pontuou.

A entidade ainda aponta suposta ausência de evidências científicas para justificar as medidas adotadas pelo Estado e pelos municípios. Segundo a Abrasel, os decretos não apresentaram as justificativas científicas exigidas pela lei 13.979/2020, que disciplinou as medidas restritivas que poderiam ser

adotadas durante o período de pandemia. Diante disso, alega que os “atos possuem vícios em sua origem, o que aponta para a sua ilicitude”.

O valor da indenização não foi definido na inicial. Conforme a Abrasel, cada um de seus associados percebeu prejuízos diferentes durante o período de medidas restritivas e, por isso, os danos devem ser calculados em outro momento.

“Assim, requer-se no presente processo que seja proferida decisão coletiva em que se reconhecerá a lesão ocasionada e a necessária reparação aos associados da Demandante (an debeat), que atua em substituição processual, operando-se, posteriormente, a liquidação de sentença em ações autônomas de execução individual”, concluiu.

Gabriel Soares

A Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) está processando o governo do Estado e as prefeituras de Cuiabá e Várzea Grande pelos prejuízos causados ao setor com as medidas restritivas para conter a pandemia de covid-19. A ação civil pública foi proposta na segunda-feira (7).

A entidade alega que seus associados estão passando por grave crise financeira em virtude dos decretos que proibiram e restringiram o funcionamento de bares e restaurantes. Na ação, questiona os efeitos tanto das normas estaduais quanto municipais, que além de determinarem fechamento por um pe-

ATÉ 2024

Com novas obras, Emanuel quer universalizar saneamento básico

Da redação

Mais de 120 mil pessoas serão beneficiadas com a implantação da Estação de Tratamento de Esgoto em Cuiabá - Sistema Lipa de Esgotamento Sanitário. Composto por 220 km de redes coletoras, três estações elevatórias e uma estação de tratamento, a SES Lipa irá coletar dejetos de mais de 30 mil casas localizadas em 77 bairros da Capital. O custo da obra é de R\$ 200 milhões.

As obras de implantação foram lançadas na quinta-feira (10) pela Prefeitura de Cuiabá, juntamente com a concessionária Águas de Cuiabá. O projeto faz parte do pacote de políticas públicas de melhorias no saneamento básico da cidade. O município, que conta hoje com 67% de cobertura de esgoto, saltará para 78% quando o SES Lipa entrar em operação.

“Teremos uma outra Cuiabá, em todos os aspectos, comparada com a Cuiabá de 1º de janeiro de 2017. Nossa meta é, literalmente, uma virada de página na história. Vamos entregar em 31 de dezembro de 2024. Esse é um compromisso com o futuro feito pela nossa gestão”, disse Emanuel Pinheiro, prefeito da Capital.

Emanuel reforça que seu planejamento é que, até o final de 2024, Cuiabá seja uma das poucas cidades do país a ter o serviço de saneamento básico universalizado. Para isso, outras medidas devem ser anunciadas pelo prefeito nos próximos meses.

O vice-prefeito Jose Roberto Stopa (PV) disse que a nova estação fará diferença na vida dos moradores, além dos benefícios para os rios. “Essa nova ETE vai recolher diariamente em torno de sete toneladas de dejetos. Se multipli-

carmos esse número por 30 dias, por exemplo, serão mais de 200 toneladas de esgoto que deixarão de ir para o córrego do Ribeirão do Lipa e, consequentemente, deixará de ir para o Rio Cuiabá”, pontuou.

Willian Figueiredo, diretor geral da Águas Cuiabá, disse que a previsão é de que até o final do Plano de Investimento, em 2024, a empresa invista cerca de R\$ 1,2 bilhão. “Esse é um dos maiores investimentos do Brasil em saneamento básico. Queremos colocar Cuiabá entre as principais capitais com melhor índice de saneamento”.

Com população de 612.547 habitantes, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Cuiabá ocupa hoje o 62º lugar no ranking das 100 maiores cidades brasileiras em termos de cobertura de saneamento básico.



Gilberto Leite

Cuiabá hoje conta com 67% de cobertura no tratamento de esgoto. Com a nova SES Lipa, saltará para 78%

A estimativa, tanto da Prefeitura quanto da Águas Cuiabá é de que até 2024, a Capital fique entre as 20 primeiras cidades com maior cobertura de saneamento. “Isso significa qualidade de vida. Estaremos investindo em saúde e em algum tempo, teremos uma cidade completamente diferente. Estamos contribuindo para

a vida dos rios Cuiabá e Coxipó. Acreditamos que os municípios da Baixada Cuiabana, que circulam o Vale do Rio Cuiabá, terão essa visão e farão investimentos para que possamos ter um rio vivo”, disse Stopa.

VALOR DA TARIFA - Em relação a tarifa de esgoto, o vice-prefeito disse que o valor será cobrado conforme

o sistema for implementado nas regiões. “A população só irá pagar pelo tratamento quando receber. Precisamos ter claro isso. A tarifa equivale a 90% sobre a tarifa de água. Então, se você não recebe o tratamento, não tem motivos para pagar por ele. Isso é quase que um valor padrão em nível nacional”, explicou.

COMBATE À VIOLÊNCIA

Nova sede da DEDM é inaugurada

Da redação

Prevista para ser entregue em fevereiro deste ano, a nova sede da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher de Cuiabá (DEDM) foi inaugurada na terça-feira (8), quatro meses depois do previsto. O espaço entregue pelo governador Mauro Mendes (DEM) foi todo adaptado para melhor atender e acolher as vítimas de violência doméstica e familiar.

A antiga unidade estava em situação precária e registrou um incêndio em dezembro do ano passado.

Não houve danos à estrutura e nem servidor ferido. Na época, a unidade estava situada na Rua Joaquim Murtinho, na região Central da Capital.

“Estou muito feliz de inaugurar a nova sede da DEDM. Nós queremos mostrar que ambientes melhores para os servidores trabalharem, possibilita uma entrega melhor de resultados. O cidadão que busca pela demanda no Estado, seja através de serviços de uma delegacia, de escolas, estradas, precisa saber que estamos entregando tudo com

qualidade para mudarmos a cultura de que tudo que é público não tem qualidade e é feito com descaso”, destacou Mendes.

Segundo o governador, as obras entregues mostram o respeito com o dinheiro público. “Essa delegacia é um exemplo disso. Muito mais do que fazer, estamos começando a mudar os rumos da administração pública. Existe uma competição entre as secretarias e unidades. Um tem tentado superar o outro, fazer melhor, nutridos de sentimentos positivos e assim entre-

gamos serviço com qualidade”, destaca.

Durante a inauguração foi realizada uma cerimônia solene, que contou com a presença do secretário de Segurança Pública Alexandre Bustamante, Mário Dermeval de Resende, delegado-geral da Polícia Civil e representantes da sociedade civil organizada.

O novo prédio está localizado na Avenida Carmindo de Campos, 2.109, bairro Jardim Paulista (esquina com a Rua Bahia), próximo ao Banco do Brasil.



Atas, Editais, Extravios, Balanços, Convocações, Regulamentos e Avisos de licitações

65-99228-9990

CONGESTIONADO

Escassez de semicondutores no mercado global faz com que montadoras não consigam atender à demanda dos clientes e trava a recuperação do setor

Concessionárias têm fila de espera

Valter Campanato/ Agência Brasil

**Da redação**

As vendas de veículos novos nas concessionárias de Mato Grosso cresceram 12% em maio. O resultado positivo é comparado ao mesmo mês de 2020, quando as vendas caíram 16,14% no estado. A retomada das vendas no último mês de maio é vista com cautela pelas revendedoras locais, que, assim como no restante do país, correm risco de ficar sem veículos novos para vender neste mês de junho. Um dos motivos é a falta de semicondutores, produto em escassez no mercado global.

O resultado positivo de maio contou com o bom desempenho das vendas de veículos zero quilômetro, que aumentaram 35,97% em maio em relação a abril. Os dados são da Federação Nacional da Distribuição de Veículos (Fenabreve).

Questionados sobre essa resposta positiva,

representantes do setor afirmam que o ganho real é menos significativo e não indica recuperação do setor. “O aumento se dá sobre uma base de comparação muito fraca, já que o início de 2020 reflete o princípio da pandemia do coronavírus. É preciso levar em conta o fato de a produção de veículos ainda não acompanhar a demanda. Por isso, as vendas confirmadas mais recentemente são as represadas, ou seja, vendas efetivadas antes e concluídas depois”, destaca a Fenabreve Regional Mato Grosso.

Em maio deste ano foram registrados no estado 3.942 emplacamentos de automóveis e comerciais leves, contra 3.454 em abril. No acumulado do ano, a soma é de 18.596 unidades, contra 15.368 emplacamentos no mesmo período de 2020.

“A concessionária tem trabalhado com pedidos anteriores e dependendo da indústria para entregar. É como se não ‘precisássemos’ do time de vendas, já que a entrega adiada anteriormente é que resulta num aumento dos emplacamentos”, ilustra Cláudio Bagestan, do Grupo Vianorte e diretor da Fenabreve-MT.

Outro motivo para manter o sinal de alerta ligado está nas fábricas e montadoras nacionais, que sofrem com a falta de insumos para produção. Nesta segunda-feira (7), a Volkswagen suspendeu, por dez dias, a produção de suas fábricas em Taubaté e São José dos Pinhais, devido à falta de semicondutores. Isso deve afetar as linhas de produção do Gol, Voyage, Fox e T-Cross, principais modelos da montadora no mercado brasileiro.

“Uma escassez significativa de capacidades de semicondutores está levando a vários gargalos de fornecimento em muitas indústrias globalmente. Isso também gerou problemas no abastecimento da indústria automotiva ao redor do mundo desde a virada do ano. Até hoje, as nossas unidades no País não foram afetadas em maior escala. Entretanto, com o agravamento do cenário e com base na situação atual, presumimos que o fornecimento de semicondutores continuará a ser limitado ao longo das próximas semanas”, diz trecho da nota Volkswagen.

Donos de concessionárias que trabalham com a linha de automóveis e comerciais leves



Com produção das indústrias paralisada, concessionárias estão registrando filas de pedidos e vendas represadas

em Mato Grosso destacam a complexidade da situação atual do mercado. Proprietário de concessionárias no estado, Edson Maia afirma que apenas uma de suas lojas tem estoque.

“Este estoque gira rápido. Nas demais concessionárias, o que faturamos é só para entregar pedidos anteriores. Há muitos clientes esperando”, aponta Edson, que também é diretor

da Fenabreve-MT e do Grupo Saga.

MOTOCICLETAS - As vendas de motocicletas surpreenderam os lojistas mato-grossenses no mês de maio. As entregas de motos dispararam, somando 3.692 unidades emplacadas em maio, contra 2.100 em abril, uma alta de 75,81%. Porém, a avaliação continua negativa em longo prazo. O setor registra redução de

8,19% no acumulado do ano.

“Tem demanda, mas as concessionárias estão sem estoque. Há uma espera de 45 dias, em média, para a entrega. As altas são em face de melhoria no volume de fabricação do produto, porém ainda para atendimento a clientes que negociaram entre março e abril”, destaca Ronan Alves, gestor na Mônaco Motos e diretor da Fenabreve-MT.

CUSTO DA PRIVATIZAÇÃO

Impacto na conta de energia elétrica chega a 14%

Da redação

A proposta de privatização da Eletrobras pode gerar mais custos com energia elétrica no Brasil, nos próximos dez anos. A Medida Provisória 1.031, de 23 de fevereiro de 2021, que trata da concessão da Eletrobras à iniciativa privada divide opiniões. Entidades do setor indicam que o impacto da medida será de 14% na conta de energia dos consumidores residenciais. Já os governistas afirmam que a medida advém da incapacidade de investimento da União para atender a demanda nacional.

A MP já foi aprovada pela Câmara dos Deputados e agora é debatida no Senado Federal. Conforme o projeto do governo, a intenção é vender ações da estatal e, assim, desestatizar o setor energético do país. Entretanto, o projeto encontra resistência por apresentar alguns “jabutis” - pontos que não têm relação com o tema.

Dentre os penduricalhos está a determinação de que os consumidores paguem também os custos de usinas térmicas a gás natural em locais que ainda não dispõem do combustível. Para o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), isso significa que, além de pagar pelos custos da energia propriamente dita, os consumidores terão de pagar pela construção dos gasodutos, bem como pequenas centrais hidrelétricas, entre outras.

“Tais mudanças são chamadas de jabutis porque, sem relação com o conteúdo original da medida, foram inseridas no texto na tentativa de que consigam pegar uma carona no processo legal”, destaca Cláudio Leite, coordenador do Programa de Energia e Sustentabilidade do Idec.

Caso aprovada, essa medida deve gerar um impacto de até 14% nas contas de energia dos consumidores simples, segundo um estudo feito pela Associação dos Engenheiros e Técnicos do Sistema Eletrobras (Aesel).

Representantes de empresas também fizeram seus cálculos. Com a privatização, preveem o aumento das tarifas de energia em 10% para os consumidores residenciais e 20% para os consumidores do setor produtivo, que compram energia no mercado livre. Os dados são da Associação de Grandes Consumidores de Energia Elétrica (Abrace).

Para analistas do setor, ao abrir mão do controle acionário da empresa o governo federal perde a possibilidade de atuar na formatação de preços.

“Se a empresa for privatizada, a população brasileira perderá essa ferramenta estratégica e será impactada, de imediato, com uma elevação na conta de energia estimada em 14%”, afirma, em nota técnica, especialistas do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Do lado do governo, a justificativa para entrega da estatal para o setor privado é que a Eletrobras registra queda expressiva da capacidade de investimento nos últimos anos, devido a problemas financeiros.

Ao analisar a trajetória dos investimentos da

estatal, os números demonstram tendência de crescimento entre 2008 e 2014. A queda começa em 2015 e foi acentuada no período recente. Em 2020, a empresa apresentou os mais baixos níveis de investimentos de sua história, apenas R\$ 3,1 bilhões, o que

representa apenas 19% do valor investido em 2013, quando atingiu R\$ 16,36 bilhões, em valores atualizados pela inflação.

O especialista do Idec, Cláudio Leite, lembra que a energia mais cara irá resultar no aumento do custo de produtos.

Estimativas da indústria indicam que o custo médio dos brasileiros com carne, por exemplo, pode aumentar até 7%, chegando a R\$ 878,58 por ano. No caso da carne e do leite, as altas devem alcançar cerca de R\$ 40 e R\$ 27, respectivamente.

BOX PARA BANHEIRO

Qualidade em Vidros!
Segurança, Durabilidade,
Beleza e Conforto.

CASA DOS VIDROS

65.3642-3344
FAÇA HOJE MESMO
O SEU ORÇAMENTO!

ORÇAMENTO APERTADO

Em maio, a gasolina e a luz com sua complexa dinâmica de preços de produtos e serviços cotados em dólar, aumentou a conta do consumidor

Energia e combustível explodem



Da redação

Os gastos com energia elétrica e combustíveis destacam-se como os principais causadores da alta inflação em maio. Os dois juntos contribuíram com quase 50% do aumento no período. O acionamento de usinas termoeletrônica, energia mais cara e aumento da gasolina, etanol e diesel, impactaram na renda das famílias, em especial as mais carentes.

Esse cenário é apontado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medido mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo os dados, a inflação ficou em 0,83% em maio, sendo 0,52 ponto percentual (p.p.) acima da taxa de abril (0,31%). Já no acumulado no ano foi de 3,22%.

A gasolina e a energia elétrica contribuíram com 0,40% da inflação registrada em maio.



Aumento da gasolina, etanol e diesel, e energia elétrica impactaram na renda das famílias

Para compreender melhor o que está por trás disso, as economistas Thais Sampaio e Edijeide Freitas, explicam quais são os “agregados econômicos” que levaram a esse resultado: inflação de 0,83%, maior resultado em maio desde 1996 (1,22%).

“Antes da energia e da gasolina temos a situação do câmbio. Sua desvalorização influenciou os custos com energia e combustíveis. Isso

porque uma parte dos preços desses dois produtos, advém da variação cambial. Então, se temos uma situação de desvalorização do real frente ao dólar, isso impacta toda a cadeia”, esclarece a economista Edijeide Freitas.

De forma simplificada, no caso da energia elétrica, a influência do dólar ocorre porque parte da energia consumida no Brasil vem da Usina de Itaipu, entidade bi-

nacional (Brasil e Paraguai). A usina possui 14 gigawatts (GW) de potência instalada, sendo que cerca de 10,8% são consumidas no país. O problema é que essa energia tem um custo adicional no bolso do consumidor: o preço por megawatt-hora (MWh) é cotado em dólar.

Em 2020, a diferença de preços por MWh foi de quase R\$ 150. Cotada em dólar, a energia de Itaipu custava R\$ 350/

MWh enquanto o de outras usinas custava, em média, R\$ 200/MWh.

A dinâmica do combustível e seus derivados também tem seus preços ajustados conforme o valor do dólar. Além de outros fatores do mercado, uma das bases de cálculo é o preço do barril de petróleo, que nesta quinta-feira (10) era cotado em R\$ 366,10.

Com a precificação da energia e gasolina em dólar, o preço adicional

é pago pelo consumidor final.

“A inflação leva para um caminho de aumento generalizado de preços. No caso do Brasil, muitos produtos estão sujeitos à variação cambial, como as carnes e o combustível. São produtos de alto consumo, como alimentos, combustível e energia. Então se continuar subindo, o reflexo é de aumento de preços”, ilustra a economista Thais Sampaio.

PROJEÇÕES PARA O FUTURO

O peso atual dessa inflação sentida em maio, pode até perdurar nos próximos meses, mas chegará um momento em que os preços começarão a retroceder. Essa é a avaliação feita pela economista Thais Sampaio, que aponta alguns fatores necessários para que ocorra essa mudança de trajetória.

“Vamos atingir uma fase de estabilização, mas isso não depende só do cenário nacional, mas também do câmbio. Não dá para atestar quando isso vai acontecer, mas supomos que as altas nos preços dos alimentos atinjam um preço fora da régua, que ninguém vai conseguir consumir, terão que recuar”, descreve.

Outra questão observada pela especialista é que não há razões para temer um cenário de inflação semelhante aos anos de 2014

e 2016, quando a taxa Selic superou os 12% ao ano.

“Não vai chegar a esse patamar, a não ser que tenha outra pandemia em magnitude pior que está. Não é esse exagero que muitos estão com medo de chegar a fazer ‘gatilho salarial’, como foi na década de 80. Até porque as vacinações estão ocorrendo, de forma lenta, mas está andando. Existe expectativa de melhora e retomada da economia e, mesmo que de forma lenta, muitas coisas estão andando para que o cenário seja favorável para o Brasil”, prevê Thais.

O chamado “gatilho salarial” foi uma prática adotada pelo governo Sarney, na década de 80. A regra era congelar os salários até que a inflação atingisse 20%, para que o salário fosse corrigido.

O ano da bandeira vermelha e gasolina 25% mais cara

Da redação

A inflação (IPCA) é calculada com passe em nove grupos de produtos e serviços. Em maio, todos os conjuntos registraram alta. No caso da energia elétrica, que compõe um dos itens do custo com habitação, seu

impacto foi de 5,37%. Já a gasolina, um dos componentes do grupo transporte, teve influência de 2,87% no período.

Conforme o IBGE, a inflação do grupo Transportes alcançou o índice de 1,15%, reflexo direto da gasolina. No ano, o combustível soma alta

de 24,7% e, em 12 meses, de 45,8%. Os preços do gás veicular (23,75%), do etanol (12,92%) e do óleo diesel (4,61%) também subiram em maio.

A alta do grupo Habitação (1,78%) deve-se, principalmente, ao resultado da energia elétrica (5,37%). Um dos

motivos é que, em maio, passou a vigorar a bandeira tarifária vermelha patamar 1, que acrescenta R\$ 4,169 na conta de luz a cada 100 quilowatt-hora consumidos.

“Vale lembrar que, entre janeiro e abril, estava em vigor a bandeira amarela, cujo acrésci-

mo é menor (R\$ 1,343). Além disso, no final de abril, ocorreram reajustes em diversas regiões de abrangência do índice”, explica Pedro Kislanov, gerente responsável pelo IPCA de maio.

Do maior para o menor, os maiores impactos dentre os nove

grupos de produtos e serviços pesquisados em maio ficaram: Habitação (1,78%), Transportes (1,15%), Saúde e Cuidados Pessoais (0,76%), Alimentação e bebidas (0,44%), Artigos de residência (1,25%), Educação (0,06%) e Vestuário (0,92%).

EM CUIABÁ

Cesta básica foi a 2ª mais cara em nove anos

Da redação

O aumento do gasto com alimentação é apenas a ponta do iceberg da inflação registrada em maio. Quando se fala em reflexo desse índice econômico na vida do cidadão comum, é o impacto da inflação nos alimentos que fica mais visível. Um exemplo é o custo da cesta básica em Cuiabá, medido pelo Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea). Em maio, o preço da cesta básica chegou a R\$ 605,44.

A análise dos dados mostra que o custo para os cuiabanos, foi o segundo maior da série histórica da pesquisa, desde 2012. O valor perdeu apenas para o registrado em janeiro deste ano, quando chegou a R\$ 611,30. O percentual de aumento comparado com o mesmo período do ano passado chegou a superar os 12%.

Em maio de 2020, a cesta era cotada em R\$ 540,10, tendo como vilões os preços da carne, batata e óleo. Já a alta nos preços dos itens básicos de alimentação foi puxada neste ano por aumentos nos preços do óleo (3%) e

da carne (2,03%). Substituindo a batata, aparece o tomate (2,55%). Juntos, esses itens pressionaram a alta de 1% em maio, ante o abril.

REFLEXO DA INFLAÇÃO – O grupo de alimentação e bebidas, que já havia tido alta de 0,40% em abril, registrou inflação de 0,44% em maio. Apesar das quedas registradas nos preços das frutas (-8,39%), da cebola (-7,22%) e do arroz (-1,14%) – que contribuíram para redução do custo com alimentação no domicílio desaceleraram (0,23%) frente a abril – as carnes (2,24%) continuam a subir e acumulam aumento de 38% nos últimos 12 meses.

Para Pedro Kislanov, o gerente da pesquisa IPCA de maio, o aumento das carnes é um dos fatores que explicam o por que comer fora de casa ficou mais caro. A alimentação fora do domicílio teve alta de 0,98% em maio e, no mês anterior, havia subido 0,23%. As altas do lanche (2,10%) e da refeição (0,63%) contribuíram para o aumento. Em abril, os dois itens tiveram queda em seus preços.

EM MAIO

Inflação 'come', trabalhadores não

Da redação

Com a perda do poder de compra da população, o sentimento de pobreza dos brasileiros no mês de maio foi o maior em 25 anos. Parte da renda ficou comprometida pela inflação registrada no mês que fechou em 0,83%, o maior resultado para um mês de maio desde 1996, quando atingiu 1,22%. A alta da inflação refletiu diretamente no bolso do consumidor. Em Cuiabá, o custo com alimentação básica no mês passado teve nova alta, terminando em R\$ 605,44.

A inflação oficial do país, calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), avançou 0,31% em abril e chegou a 0,83% em maio, de acordo com os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Das consequências negativas causadas pelo aumento da inflação, há a psicológica.

“Você se sente mais pobre, porque existe perda do poder de compra. Isso porque, se antes a pessoa tinha

um valor de R\$ 50 para comprar dez unidades, agora compra só oito. A sensação de pobreza bate forte e não nos faz bem”, explica a economista Edijeide Freitas.

Para assalariados que sobrevivem com um salário mínimo (R\$ 1,100), ou menos, o peso da inflação é maior. Como ilustra a economista, há uma degradação do recurso, principalmente para os trabalhadores assalariados.

“A inflação é um dos piores males que pode ter, pois não tem para onde correr. É um processo generalizado de aumento de preços. Olha a carne, por exemplo, a bovina explodiu, a suína, o frango, peixe e até os ovos aumentaram também. Não tem como escapar, ela [inflação] vai te pegar e você perde o seu bem-estar social”, completa Edijeide.

Em longo prazo, o reflexo da perda da capacidade de consumo só piora. Conforme o IBGE, a inflação acumulada em 12 meses subiu para 8,06% em maio, acima dos 6,76% até abril. Com esse avanço, o IPCA

acumulado em 12 meses é o maior desde setembro de 2016, quando registrou 8,48%. O desempenho frustra as previsões de inflação do Banco Central.

Para 2021, a meta da entidade era de 3,75%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual, para mais ou para menos. Para o resultado em 12 meses, a mediana das estimativas feitas pelo Valor Data era de 7,92%, com projeções entre 7,85% e 7,98%.

“Em junho ainda teremos problemas com a inflação, pois temos toda base de alimentos muito pressionada por custos que incluem altas no dólar, combustíveis, energia elétrica – que deve ser mais pressionada neste período sem chuvas. São fatores que continuam subindo”, cita a economista.

Mesmo tendo no futuro mais altas na inflação, a economista Edijeide Freitas observa melhoras para o segundo semestre do ano. “Vai começar o aquecimento da economia. Já estamos vendo índices favoráveis como o aumento do PIB

(Produto Interno Bruto) do país e também do estadual”, destaca.

RETOMADA – No 1º trimestre do ano, o PIB do Brasil cresceu 1,2% e voltou ao patamar pré-pandemia. Parte desse resultado tem a contribuição da agropecuária (5,7%), uma das principais atividades econômicas de Mato Grosso.

“Na agropecuária, a alta foi puxada pela melhora na produtividade e no desempenho de alguns produtos, sobretudo, a soja, que tem maior peso na lavoura brasileira e previsão de safra recorde este ano”, aponta o IBGE.

Depois do agronegócio, a expansão da economia brasileira contou com a ajuda da indústria (0,7%) e dos serviços (0,4%). “Mesmo com a segunda onda [covid-19], o PIB cresceu no primeiro trimestre, já que, diferente do ano passado, não houve tantas restrições que impediram o funcionamento das atividades econômicas no país”, avalia Rebeca Palis, coordenadora de Contas Nacionais do IBGE.